



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 78 de 8 de setembro de 2025.

"Dispõe sobre a venda de Imóvel de propriedade do Município de Botucatu".

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o bem imóvel a seguir descrito de propriedade do Município de Botucatu:

“Uma casa de morada, à Rua Velho Cardoso, nº 340, Centro, de tijolos e cobertura de telhas, com seu terreno e quintal, situados nesta cidade, 1º subdistrito e 1ª circunscrição, Município e comarca de Botucatu. Medindo em seu lado doze metros (12,00) de frente por vinte e quatro metros (24,00) da frente dos fundos, dividindo de um lado com propriedade da Igreja Presbiteriana e do outro lado e nos fundos com propriedade de José Bertoncini ou seus sucessores.

Identificação Municipal: 03.0081.0010

Matrícula: 8.496 (1º cartório de Registro de Imóveis)”

Art. 2º O imóvel será alienado por meio de processo licitatório mediante avaliação prévia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fábio Vieira de Souza Leite
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Tem por objetivo a presente Proposição autorizar a venda de Imóvel de propriedade do Município de Botucatu conforme a exposição de motivos apresentada pelo Superintendente do Botuprev de Botucatu.

Aguardo, assim, seja aprovada pela unanimidade dos Senhores Vereadores.

Atenciosamente,

Fábio Vieira de Souza Leite
Prefeito Municipal

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU
ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo Senhor Prefeito.

O presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o BOTUPREV – Instituto de Previdência Social dos Servidores de Botucatu, autarquia municipal criada pela Lei Complementar nº 1.231/2017, a alienar imóvel de sua propriedade, visando à otimização de seu patrimônio e à viabilização de recursos para aquisição de nova sede administrativa.

O imóvel atualmente ocupado pelo BOTUPREV não atende, de forma plena, às necessidades operacionais e de atendimento ao público do Instituto. A estrutura física limitada, a disposição interna inadequada e a localização menos central dificultam o acesso dos segurados e restringem a qualidade dos serviços prestados.

A alienação permitirá direcionar os recursos obtidos para a aquisição de imóvel com localização estratégica e infraestrutura adequada, assegurando melhor atendimento aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, em conformidade com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal.

A manutenção do imóvel atual gera despesas recorrentes de conservação e adaptações, sem garantir, contudo, o padrão de funcionalidade necessário. A substituição por sede mais adequada resultará em melhor aproveitamento dos recursos públicos, promovendo economicidade e maior retorno social.

A alienação de bens patrimoniais inservíveis ou inadequados está alinhada às boas práticas de gestão, permitindo a reestruturação do portfólio imobiliário da autarquia, em consonância com a legislação aplicável e com o interesse público.

A operação encontra amparo no art. 70, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a alienação de bens imóveis da Administração Pública, observadas as exigências de avaliação prévia, autorização legislativa e procedimento competitivo, salvo hipóteses de dispensa ou inexigibilidade devidamente justificadas.

Ante o exposto, submete-se o presente projeto à elevada apreciação desta Casa Legislativa, para que autorize a alienação do imóvel descrito, possibilitando a modernização e melhoria da infraestrutura administrativa do BOTUPREV, com vistas à prestação de serviços mais eficientes e humanizados aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Respeitosamente,

Walner Clayton Rodrigues
Superintendente do IPSSB